



LOPES & LOPES
ADVOCACIA

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA _____
VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA, ESTADO DO CEARÁ.**

AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO DPVAT

Requerente: MARIA SOCORRO LIMA MONTEIRO

**Requerido: SEGURADORA LIDER CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
S.A.**

MARIA SOCORRO LIMA MONTEIRO, brasileiro(a), casada(a), agricultor(a), inscrito(a) sob o CPF nº 771.793.073-00, e portador(a) do RG de nº. 2016111908-0 SSP/CE, residente e domiciliado no Sítio Raposo, s/n, CEP nº 62.965-000, São João do Jaguaribe, Ceará, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por meio de sua advogada que esta subscreve, com endereço profissional para fins de intimações na procuração *ad-judicia*, propor a presente **AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO DPVAT** em face de **SEGURADORA LIDER CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, estabelecida na Av. Senador Dantas, 74, 5º Andar CEP 20.031-205, Centro Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ 09.248.608/0001-04, pelos motivos de fato e de direito que passa a expor:



I – DA LEGITIMIDADE PASSIVA

Qualquer seguradora que integre o convenio alusivo ao DPVAT possui legitimidade para figurar no polo passivo da ação judicial, sendo irrelevante o fato de o pagamento parcial ter sido implementado por seguradora diversa, senão vejamos:

APELAÇÃO CIVEL SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE PAGAMENTO ADMINISTRATIVO. COMPLEMENTAÇÃO DEVIDA. SUBSTITUIÇÃO DO POLO PASSIVO. SEGURADORA LÍDER. IMPOSSIBILIDADE. CARENÇA DE AÇÃO. VERBA HONORÁRIA. Substituição processual: a escolha da seguradora com quem vai litigar a vítima ou beneficiário do seguro DPVAT pertence a ela tão somente, não sendo oponível a resolução do CNSP que criou a entidade líder das seguradoras. Preliminar de ilegitimidade passiva afastada.(...) (Apelação Cível n.º 70028375475, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator Romeu Marques Ribeiro Filho. Julgado em 11/03/2009). **(Grifamos)**.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. seguros. INDENIZAÇÃO. DPVAT. SUBSTITUIÇÃO PÓLO PASSIVO. SEGURADORA LÍDER. DESCABIMENTO. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA. EXTINÇÃO. 1. No caso em exame, revela ponderar que qualquer seguradora pertinente ao consórcio é parte legítima para figurar no pólo passivo da presente demanda, uma vez que tem o dever jurídico de responder pelo pagamento da indenização decorrente do seguro DPVAT, pois há comunhão de seguradoras que gerencia a distribuição dos fundos destinados ao pagamento do referido seguro. 2. Assim, descabe a substituição do pólo passivo da presente demanda da decorrente pela Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT. 3. Dessa forma, como a ação foi ajuizada contra a MBM Seguradora S/A, esta teria legitimidade para propor a exceção de incompetência, e não a Seguradora Líder. Negado seguimento ao agravo de Instrumento. (Agravo de Instrumento Nº 7002750588. Quinta Câmara Cível. Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 15/12/2008). **(Grifamos)**.

Desta feita resta mais que comprovado que qualquer seguradora que integre o convênio alusivo ao DPVAT possui legitimidade para figurar no polo passivo.



II- DOS FATOS

No dia 04/01/2016, por volta das 09:00h, o(a) autor(a) trafegava como garupeira(a) na motocicleta de especificações descritas no documento do veículo em anexo, registrada junto ao Detran em nome de LEANDRA SALVES DA SILVA MAIA, quando perdeu o controle da referida motocicleta vindo a cair.

Em decorrência daquele fato teve um grave comprometimento, qual, seja: fratura no braço esquerdo e varias escoriações por todo o corpo, conforme descrevem documentação em anexo.

Assim, em se constatando, que a invalidez ocorreu em decorrência de acidente de trânsito, e tendo recebido apenas uma parte do valor de indenização, tem o(a) autor(a) o direito ao pagamento do valor restante devido pela requerida, tudo acrescido de correção monetária e juros de mora desde a época do evento danoso sendo necessária a realização de nova perícia para constatação do grau de lesão do autor.

III- DO DIREITO

A demanda ora proposta a apreciação do Poder Judiciário há muito se encontra pacificada, notadamente no âmbito do Superior Tribunal de Justiça – STJ.

A pretensão autoral encontra-se amparada na Lei 6.194/74 e ar. 7º da Lei. 8441/92.

De fato, a referida Lei n. 6194/74 (Lei do Seguro Obrigatório – DPVAT), em seu art. 3º, garante o pagamento de seguro aquelas pessoas que venham a ficar com debilidade permanente, em decorrência de acidente de trânsito.



LOPES & LOPES ADVOCACIA

Neste sentido, a jurisprudência sobre matéria é farta:

CIVIL. ATROPELAMENTO, DEBILIDADE PERMANENTE. SEGURO DPVAT. INDENIZAÇÃO. 1 – PARA FUNDAMENTAR O PEDIDO DE INDENIZAÇÃO, RESTANDO ATESTADO QUE O ATROPELADO ADQUIRIU INCAPACIDADE PERMANENTE NO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO EM DECORRÊNCIA DO SINISTRO PROVOCADO POR VEÍCULO IDENTIFICADO, NÃO HÁ QUE SE VERIFICAR O GRAU DA DEBILIDADE E NEM SE EXIGE A APRESENTAÇÃO DO DUT E COMPROVANTE DE PAGAMENTO DO BILHETE DO SEGURO DPVAT DO PERÍODO EM QUE OCORREU O ACIDENTE, SENDO NECESSÁRIO, TÃO SOMENTE, A PROVA E DO DANO DELE DECORRENTE. 2 – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO, SENTENÇA MANTIDA. Decisão CONHECER. IMPROVER O RECURSO. Classe do Processo: APELAÇÃO CÍVEL NO JUIZADO ESPECIAL. 20030110081655 ACJ. DF. Registro de Acórdão número: 195640. Data do Julgamento: 22.06.2004, órgão Julgador: Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do D.F Relator LEILA CRISTINA GARBIN ARLANCH. Publicação do DJU: 04.08.2004 Pág: 57 (até 31.12.1993 na Seção 2, a partir de 01.01.1994 na Seção 3). (Grifamos).

AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INVALIDEZ PERMANENTE. APLICAÇÃO DA SÚMULA 14 DAS TURMAS RECURSAIS. REVISADA EM 24/04/2008. Mantendo a multa fixada pelo juízo a quo. Os embargos de declaração foram, corretamente, considerados protelatórios, visto que a sentença proferida em primeira instância é clara, tendo fixado o prazo de quinze dias, para a satisfação voluntária da decisão, sob pena de incidência da multa, o prazo de quinze dias. Ausente necessidade de perícia para apurar o grau de invalidez do autor, sendo competente para o julgamento para o Juizado Especial Cível. Afasta-se o argumento de que inexistem provas da alegada invalidez. Já que o DML não faz mais laudos DPVAT, considera-se legítimo o laudo pericial apresentado pela autora, como meio de comprovar os danos sofridos em decorrência do acidente. O documento de folha 16 é inequívoco em afirmar a existência de invalidez permanente em função do acidente de trânsito sofrido. Não há de cogitar graduação de invalidez. Tal entendimento é unânime nas turmas Recursais desde a edição da Súmula 14, que pacificou as lides dessa natureza. Uma vez comprovada a invalidez permanente pela aplicação da súmula supracitada, faz-se justo o pagamento do benefício referente ao seguro DPVAT em seu valor máximo. A medida provisória 340, posteriormente transformada na Lei 11.482/07, entrou em vigor somente dia 29/12/2006. O sinistro ocorreu em 05/05/2005, logo sob a égide da Lei 6.194/74. Que, em seu artigo 3º, estipula o quantum indenizado em 40 salários mínimos. Sentença mantida por seus próprios fundamentos. NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. (Recurso Cível Nº 71001683879, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Leo Pistrowski, Julgado em 02/07/2008). **(Grifamos).**



LOPES & LOPES ADVOCACIA

EMENTA CIVIL INDENIZAÇÃO. SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULO. DPVAT. PRELIMINARES AFASTADAS. LAUDO DO IML. DEBILIDADE PERMANENTE. DISTINÇÃO DE GRAU DA INCAPACIDADE. PREVALÊNCIA DE LEI EM FACE DE DISPOSITIVO INFRALEGAL. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO PARCIAL DA INDENIZAÇÃO. MULTA DO ART. 457 J, CPC 15 DIAS DO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL, GARANTIA DOS DIREITOS A AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO. ART 5º, LV, CF. RECUSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.1. Se

contam dos autos as provas documentais necessárias à responsabilização das partes requeridas, ora recorrentes, pertinentes à ocorrência do acidente de trânsito e à existência de lesão permanente, não há que se falar em complexidade de matéria por necessidade de realização de prova pericial formal e afastar a competência do Juizado Especial.2. O pagamento administrativamente efetuado pela companhia seguradora não obsta o ajuizamento da ação para a cobrança da diferença devida do valor do seguro DPVAT uma vez que diz respeito, tão somente, ao valor efetivamente pago não aplicando a quitação plena, e, portanto, a exoneração da ré da obrigação de pagar a diferença. Assim, persiste o interesse de agir do autor à complementação. 3. A lei a ser aplicada ao caso em comento é a 11.482/07, que, como a lei 6.194/74, também não distinguiu entre invalidez parcial ou total, de forma que, constatada, por laudo oficial, a invalidez permanente do autor decorrente de acidente de veículos automotores, faz aqueles jus ao recebimento do valor máximo legal à época do fato, e, portanto, á complementação do valor pago, nos termos da sentença vergastada. 4.O afastamento da Lei n. 6.194/74 como o teor anterior às modificações pela Lei 11.485/07 para dar lugar à incidência dos preceitos da tabela da SUSEP e de resoluções do CNSP não pode ser admitido se tais normas de hierarquia inferior à de lei com esta confrontam.5. Se o pagamento deveria ter ocorrido na época em que o benefício recebeu somente parte do prêmio, deste esta data deve recair a referida atualização, de acordo com a interpretação reiterada deste tribunal, e não a partir do ajuizamento da ação.6. A contagem do prazo de incidência da multa prevista no art. 475.J do CPC, não carece de intimação pessoal da parte condenada ou de seu patrono, bastando o trânsito em julgado de corrente da intimação ordinária que se dá com a publicação da decisão.7. Apesar de não ser o julgado compelido a analisar todos os argumentos apresentados pelas partes, se já fundamentada sua decisão em outros respaldo jurídicos, ressalta-se, apenas em virtude de pedido de prequestionamento e a fim de evitar a oposição de embargos de declaração que não houve, no curso do processo, violação dos direitos ao contraditório e a ampla defesa (CF, art. 5º, LV).8. Sentença mantida por seus próprios fundamentos com Sumula de Julgamento servindo de acordo, na forma do at. 46 da Lei 9.099/95. Condeno as recorrentes ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. (Órgão: 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais., Classe: ACJ – Apelação Cível no Juizado Especial, No: Processo: 25008.01.1.122749-2, Apelantes: CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A E SEGURAORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE



LOPES & LOPES **ADVOCACIA**

SEGURO DPVAT S/A, Apelado: APARECIDO BELO DA SILVA).
(Grifamos).

Portanto tem o(a) autor(a) o direito ao reconhecimento da indenização total restante que soma o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos) reais, acrescido de correção monetária e juros de mora deste a época do evento danoso tudo isso conforme a Lei 6.194/74 com redação dada pela Lei 11.945/2009 senão vejamos:

Art. 3º Os danos pessoais coberto pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada.

(...)

II- até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no caso de invalidez permanente,

(...)

Destarte, caso a seguradora Ré comprovar que pagou alguma importância, a título de DPVAT, na época, tal valor deverá ser descontado do montante da presente postulação.

IV- DA NÃO OCORRENCIA DA PRESCRIÇÃO

A pretensão do(a) autor(a) não está prescrita, eis que o inciso IX do parágrafo 3º do artigo 256 do Código Civil, dita que a prescrição é de 03(três) anos.

Então, não há como alegar-se a ocorrência, pela aplicação do artigo 256, parágrafo 3º, IX do Código Civil vigente.



V- DO PEDIDO

Diante do exposto, o autor requer a Vossa Excelência:

a) Concessão dos benefícios da Justiça Gratuita, conforme declaração de hipossuficiência ora juntada e especificada em procuração outorgada;

b) Perante a exegese do princípio da cooperação jurisdicional, com fulcro no artigo 69, §2º, I, do NCPC/2015, ratifica a prática processual da citação, intimação, ou notificação do ato, como auxílio direto das partes previsto no inciso I, do supracitado dispositivo legal;

c) Tomar ciência do interesse do autor em conciliar com o requerido, conforme artigo 319, VII, do NCPC/2015;

d) Em caso de negativa de conciliação, requer o julgamento antecipado da lide, ante a necessidade de produção de prova em audiência;

e) Condenar a Ré ao pagamento do valor restante da indenização devida pela requerida acrescida de correção monetária e juros desde o evento danoso;

f) A realização de perícia médica, se assim entender necessário com a finalidade de comprovar a deformidade permanente do autor(a);



LOPES & LOPES
ADVOCACIA

g) A produção de todos os meios de prova que se façam necessários conforme art. 319, VI do NCPC/2015;

Dá-se à causa o valor de R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Nestes termos, roga e aguarda deferimento.

Fortaleza, Ceará, 02 de março de 2017.

KALINE LOPES R. MOREIRA

OAB/CE Nº. 34.344

VANDA MARIA LOPES DE SOUSA

OAB/CE Nº. 9882B

WAGNER SILVA MOREIRA

Estagiário.